

O contexto social na institucionalização do Ensino de Química na Escola de Farmácia de Belém

Gysele Maria Morais Costa¹, André Silva dos Reis², Maria Dulcimar de Brito Silva³

¹Graduada em Licenciatura em Ciências Naturais, com habilitação em Química, pela Universidade do Estado do Pará (UEPA/Brasil).

²Mestre em Química pela Universidade Federal do Pará (UFPA/Brasil).

³Mestre em Química de Produtos Naturais pela Universidade Federal do Pará (UFPA/Brasil).

The social context in the institutionalization of Chemistry Teaching at the Belém Pharmaceutical School

Informações do Artigo

Recebido: 11/12/2019

Aceito: 28/12/2019

Palavras-chave:

Contexto social; Escola de Farmácia de Belém; Currículo de Química.

Key words:

Social context; Pharmacologyschool; Chemistry curriculum.

E-mail: gyselemorais@hotmail.com

ABSTRACT

To undertake a History of Chemistry in Pará reflects the social and political context that exerts an influence on knowledge. In this sense, this research aimed to investigate the social context in the institutionalization of Teaching Chemistry in the creation of the School of Farmácia de Belém. The research was developed in the State Cultural Foundation and in the Public Archive of Pará. The School was created with the aim of combating viral diseases, legitimizing professionals in the field of pharmacy and developing the scientific issue. Thus, the School was fundamental for quality in public health and the first higher institution with the presence of Chemistry Teaching in Pará

INTRODUÇÃO

O início do século XX, iniciado com o governo republicano, foi marcado por uma intensa mudança social, econômica e educacional no Brasil, onde ainda padecia da influência teórica europeia e norte americana, porém já se observava preocupações mais locais para buscar soluções específica de um país periférico (ROGRIGUES; SOUSA, 2017). Na Amazônia o destaque foi a exploração da borracha, o que provocou uma modernização nunca vista antes na capital do Estado do Pará (COELHO, 2011).

Esse progresso repentino aflorou novas epidemias que antes só ocorriam em áreas isoladas para então serem urbanas, além de doenças deslocadas até a região por imigrantes. Este dilema gerou um conflito da medicina moderna fundamentada nos conhecimentos científicos em detrimento da medicina popular muito praticada pela população local.

Este fato culminou, durante a primeira República, em políticas preocupadas em combater tais moléstias e de interesses científicos (NASCIMENTO, 2017). Neste sentido, foram realizadas inúmeras mudanças, como melhorias nas condições sanitárias, instalação do Ensino Superior e a vinda de profissionais e técnicos para atuar na área da educação, visando às necessidades momentâneas da época (RHEINBOLDT, 1994).

A proposta da criação da Escola de Pharmácia de Belém surgiu com a disseminação da Associação Médico-Farmacêutica do Pará idealizada em 1897, pelo Governador José Paes de Carvalho, com o intuito de remodelar o serviço de saúde pública para alcançar o progresso do Estado tratando a questão social, científica e moral com a aspiração de prestação de serviços a saúde pública (NASCIMENTO, 2017).

Assim, em 1903, o então Governador Augusto Montenegro autoriza a criação da Escola de Pharmácia de Belém do Pará, instalada um ano após, na biblioteca do Serviço Sanitário do Estado. Os principais objetivos da criação da escola eram combater as moléstias que assolavam a região amazônica e a legitimar os profissionais diplomados da farmácia para minimizar as práticas da medicina tradicional (SILVA, 2003).

A escola, equiparada às demais instituições federais, gozava dos mesmos privilégios, garantias e matérias compreendidas no curso. Entretanto, para adentrar e efetuar a matrícula na escola era exigido exames preparatórios e a comprovação de vacina. Importante ressaltar, que ingressavam apenas alunos considerados saudáveis pelo Estado¹.

Dessa forma, objetivou investigar o contexto social e político na criação e no ingresso dos alunos na Escola de Pharmácia de Belém e o exame de admissão em Chimica desde a fundação em 1904 a 1921, período correspondente a consolidação da escola como instituição do ensino superior.

História da farmácia no Brasil: da botica a farmácia

O tratamento e cura de doenças regionais no Brasil colônia eram tratadas pela medicina tradicional representada por pajés, curandeiros, rezadeiras e benzedoras (LIMA, 2013). Eles utilizavam da natureza e da fé para curar enfermidades (NASCIMENTO, 2017). Durante muito tempo esta prática atendeu as emergências da colônia, no entanto, eram consideradas, pela corte portuguesa procedimentos sem fundamentos científicos (BADINELLI, 2014).

As expedições europeias ao Brasil proporcionaram uma melhor condição sanitária, pois em suas navegações havia o cirurgião barbeiro, com a função de boticário, que se utilizava da caixa de madeira ambulante contendo diversos medicamentos (SILVA, 2003). O mais famoso boticário enviado da coroa portuguesa foi Diogo de Castro que participava do

¹Aqueles que não apresentassem doenças virais

serviço sanitário e por ano recebia quinze mil réis para desempenhar tal função (SANTOS; LIMA; VIEIRA, 2005).

Com a vinda da Companhia de Jesus o cenário de preparo de medicamentos e tratamento de doenças mudou. Os jesuítas em contato com os índios aprenderam e desenvolveram receitas divulgando a farmacopéia indígena para toda a colônia e o continente europeu (CALAINHO, 2005). A necessidade em estabelecer uma relação com a flora nativa brasileira foi decorrente a irregularidade no fornecimento de drogas, a escassez de profissionais da saúde e a imprescindibilidade de atender a população colonial (BADINELLI, 2014).

Neste sentido, a atuação dos jesuítas na saúde pública e o conhecimento sobre as plantas curativas possibilitaram o armazenamento de medicamentos em seus colégios, chamada de botica (CALAINHO, 2005). Silva (2003) acrescenta que botica era uma loja comercial ou compartimento localizado dentro de hospitais onde havia a preparação e o local onde a comunidade se abastecia das drogas. Eles também eram ambulantes e tinham uma caixa de madeira que continha a medicação preparada.

Existiam algumas boticas na colônia importantes, do colégio dos jesuítas do Maranhão, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e do Pará. No Maranhão existia a “botica do mar” que abastecia do litoral até a cidade de Belém, Pará. Sobre a botica na escola jesuíta no Pará:

As boticas dos colégios jesuítas foram inigualáveis, em qualquer parte onde estivessem. A do Colégio do Pará, segundo inventário datado de 1760, além de 20 tomos de medicina, continha recipientes diversos, estantes com mais de 400 remédios, fornalhas, alambiques, almofarizes de mármore, ferro e marfim, armários, frascos e potes de várias cores e tamanhos, balanças, pesos, medidas, tachos de cobre, de barro, bacias, prensas, tenazes, enfim, todo um aparato técnico para a confecção dos medicamentos (CALAINHO, 2005, p. 65).

As mezinhas, assim chamado o remédio caseiro, eram utilizadas para tratar doenças e os problemas acarretados de procedimentos cirúrgicos (EDLER, 2010). Para Gandelman (2011) o padre José de Anchieta, conhecido pelos termos “remédios para a alma” e “cura da alma”, já produzia medicamentos. Nota-se, que os primeiros boticários em exercício na colônia portuguesa foram os jesuítas que desempenhavam funções de médicos e farmacêuticos.

Entretanto, a expansão das casas boticas em toda colônia possibilitou o crescimento de praticantes da botica, pois os físicos-mor (médicos) e boticários enviados da corte não conseguiam atender as necessidades da colônia (SILVA, 2003). Além deles, o cirurgião barbeiro, os sangradores, curandeiros e algebristas também praticavam a botica que estavam sob responsabilidade do físico-mor, que ainda fiscalizavam os medicamentos, os preços e o estabelecimento comerciais de drogas (SOARES, 2001). Nota-se, que não havia

distinção nas profissões. Dessa forma, no reino de D. Maria I em 1782, criou-se a Junta do Protomedicato que extinguiu o físico-mor e cirurgião-mor no desempenho da função (BRASIL, 2011).

A regulamentação da Junta do Protomedicato se deu da seguinte forma:

O sobredito Protomedicato se comporá de sete Deputados, os quaes serão amovíveis de três em tresannos; e dois mezes antes de finalizar o triennio, me dará conta de que estão a acabar, para Eu nomear os que hão de continuar no mesmo exercício, ou aquelles, que de novo houverem de entrar na mesma Junta. Fará as funcções de Presidente o Médico, que for mais antigo, e por tal reconhecido pelos outro Depultados, na forma que costumão votar nas Juntas, a que são chamados para algum enfermo (PORTUGAL, 1782, p. 327).

Para D. Maria I era importante à saúde de sua população. Neste sentido, ela proibiu a prática médica e farmacêutica daqueles que não obtinham conhecimento para tal e, mencionou os boticários como ignorantes por não possuir licença, tão pouco, conhecimento para utilizar da arte de curar. Contudo, em 1808, foram recriadas as profissões anteriormente extintas e criado o cargo de provedor-mor que tinha a função de conservar a saúde pública (BRASIL, 2011). A criação em 1808 da Escola de Cirurgia no Hospital Real Militar, antigo colégio dos jesuítas, originou, posteriormente, a criação da faculdade de medicina (CORAL; SOUZA; NEGRÃO, 2009). Importante mencionar essa criação, pois nesse momento há a distinção das funções de médico e farmacêutico. Em 1832, anexada à faculdade de medicina, criou-se o curso de farmácia (SANTOS, 2007). Essa mudança foi necessária para reconhecer os profissionais da saúde e legitimar a profissão.

A primeira escola autônoma de farmácia criada no Brasil foi em 1839 em Ouro Preto, Minas Gerais. Em 1896 e 1898 foram criadas as escolas de Porto Alegre e São Paulo, respectivamente. A quarta escola criada foi em Belém, Pará, no início do século XX. A quinta escola criada em São Paulo, 1912, foi considerada a precursora para a criação, desenvolvimento e funcionamento da primeira Universidade Brasileira, ministrando o curso em tempo integral (SILVA, 2003).

Portanto, o esforço para a criação do curso de farmácia no país é considerado importante para minimizar a prática médica/farmacêutica tradicional para reconhecer e legitimar de fato os farmacêuticos diplomados, sendo reconhecido pela legislação sanitária, para tratar as questões sociais e de saúde pública da sociedade.

O contexto da saúde pública no Brasil

A saúde pública no Brasil desde o descobrimento até as primeiras décadas do século XX foi transformada de acordo com o contexto econômico. As principais economias foram a exploração do pau-brasil, cana de açúcar, a mineração e o café que possibilitaram a entrada de diferentes pessoas de diferentes continentes para a mão de obra especializada viabilizando também a entrada de doenças epidêmicas (BERTOLOZZI; GREGO, 1996).

Além disso, a colônia portuguesa foi impedida de fundar instituições de ensino superior por trezentos anos, causando um imenso problema devido à falta de profissionais de conhecimento científico para atuar em diversas especialidades (TAMANO; ARAÚJO, 2014). Não obstante, a dificuldade em seguir a carreira médica no Brasil também é decorrente da proibição de livros franceses e o acesso à bibliográfica em geral. Portanto, é visto a predominância até meados dos anos 1808, a atividade médica desenvolvida por curandeiros, pajés, boticários e os físicos-mor (SCHWARCZ, 1993).

Ainda, a consequência da expansão de pessoas e a desorganização estrutural nas vilas e áreas urbanas da colônia tornaram-se um caos sanitário devido à falta de higiene, ao saneamento básico, como a qualidade da água, e a transmissão de doenças (AVELAR, 2011). Eram poucos aqueles que exerciam a medicina, não atendendo, portanto, às necessidades da saúde pública. Segundo Polignano (2015) havia apenas quatro médicos atuando no período correspondido entre colônia e império somente na cidade do Rio de Janeiro. Para o controle de doenças e do exercício da medicina a corte portuguesa enviava o provedor-mor que fiscalizava os navios que chegavam aos portos para impedir a entrada de doenças e a físico-mor que fiscalizavam o exercício da medicina (GALVÃO, 2007).

A medicina era vista como curativa e não preventiva (AVELAR, 2011). Nessa perspectiva, com a transferência da coroa portuguesa, para quem almejava exercer a profissão de médico deveriam estar regulamentados segundo as regras da corte portuguesa (CASTRO, 2013). É visto, nesse contexto, a insalubridade como doenças de febre amarela, varíola, peste, lepra e malária e, os primeiros passos para o funcionamento da saúde no país voltada para a “higiene pública e medicalização do espaço urbano” (NUNES, 2000, p. 253).

A política da corte portuguesa vista como curativa era apresentada como combate ao doente e não a doença, onde as condições de abrigo para os portadores de doenças eram mínimas, sem atendimento médico e abandonados pelos governantes, como apresentado no trecho abaixo:

No caso da lepra, a iniciativa de apontar a proliferação dos lázaros como ameaça à cidade e à população parte da Câmara Municipal e daqueles que ela denomina “povo”. Os médicos eram chamados a dar seu parecer sobre o problema, de formar uma ideia aproximada sobre o número de lázaros e de formalizar um plano de combate. O combate à lepra se dava, na verdade, através do combate ao leproso e era traduzido pelo isolamento,

pela criação de Lazareto e pela inspeção de navios. O combate à lepra como doença é quase inexistente (GALVÃO, 2007, p. 10).

Como política pública para a construção de uma saúde preventiva, no final do século XVIII, foi criada a Escola Cirúrgica da Bahia e do Rio de Janeiro para formar médicos preocupados com a questão social (EDLER, 2002). Posteriormente, tornaram-se Academias, no entanto, existiam muitos problemas na regulamentação do curso. Havia, no Rio de Janeiro, pouca assiduidade dos lentes e a falta de apoio e material, e, na Bahia, o ensino era irregular, sem eficiência e com poucos alunos (SCHWARCZ, 1993). É visto, portanto, a dificuldade de formar novos profissionais, legitimá-los e sanar as doenças acometidas na colônia.

Somente no final século XIX, na República, passa a existir políticas e organizações preocupadas com o saneamento público e assistência à saúde, justamente, pelo país apresentar a maior exportação de café, assim, aumentando a área de urbanização (HOCHMAN, 1996). Em 1897, a Diretoria Geral da Saúde Pública determinou três cidades Recife, Belém e Rio de Janeiro distritos sanitários e redobrou os cuidados principalmente na área marítima e litorânea delas onde era a porta de entrada para doenças virais e infectocontagiosas (SANGLHARD e SILVA, 2010).

Em documento oficial da “Diretoria do Serviço Sanitário” enviada a “Secretaria Geral do Estado” foi evidenciado a preocupação com a entrada de imigrantes na cidade de Belém, apresentado no texto.

Confirmando-se a notícia do recrudescimento da epidemia de febre amarela no Estado do Ceará, de onde, em virtude do fragello da sêcca, estão aportando a Belém levas de emigrantes, lembro-vos a conveniência de ser instalado urgentemente no Outeiro um posto de observação no qual os referidos emigrantes possam ser retidos e observados durante 13 dias a fim de evitarmos a possível importação da moléstia ao nosso Estado de onde foi completamente erradicada ha oito anos (PARÁ, s.d.)

A partir de 1902, surgem estudos e políticas voltadas para a vacinação de doenças sendo a principal a febre amarela, pois inibia a entrada de estrangeiros para a mão de obra cafeeira (AVELAR, 2011). Com isso, no governo de Rodrigues Alves e com a ação do diretor geral da saúde pública Oswaldo Cruz foi feito a reforma urbana e da vacina. Essas reformas consistiam na limpeza das ruas e qualquer objeto que apresentasse água parada, demolição de moradias antigas, expulsão de moradores e animais da rua principalmente em locais mais pobres. Além disso, era obrigatória a vacinação para toda população, provocando neles, uma profunda revolta devido à falta de informação dos governantes (GALVÃO, 2007).

A cidade de Belém também passou por essas ações idealizadas por Oswaldo Cruz, principalmente para a erradicação da febre amarela a partir da prevenção e o controle da mesma. Assim, o início do século XX, criam-se as faculdades de odontologia, farmácia e medicina. Essas medidas do Governo na criação de Ensino Superior tinham o objetivo de desenvolver o conhecimento científico para contribuir para a ciência e a sociedade, além de reconhecer os profissionais da área diminuindo as ações daqueles sem o conhecimento apropriado, visto anteriormente, para a atuação na saúde pública brasileira (MIRANDA, 2013).

Metodologia

A pesquisa teve caráter histórico em que objetivou descrever durante o período 1904 a 1921 os fatores sociais e políticos que influenciaram direta e indiretamente a criação Escola de Pharmácia de Belém. A escolha do período parte do ano de criação da instituição e também por apresentar o momento na qual ela começou a se consolidar como instituição de ensino superior no Estado do Pará.

As informações sobre a instituição foram extraídas em parte dos seguintes documentos: O “Álbum O Pará” que está disponível na plataforma digital da Fundação Cultural do Estado do Pará, o jornal “Diário oficial do Pará”, presente em forma de tubos de filme também pertencente à Fundação anteriormente citada, o boletim do “Programa de Admissão da Escola de Pharmácia” foi cedido por uma pesquisadora da Universidade Federal do Pará e o documento da “Directoria geral do Serviço Sanitário” que pertence ao Arquivo Público do Pará. Além do livro “Da Pharmácia à Farmácia - 100 anos de História” de Renato Ferreira da Silva e artigos científicos.

Foi realizada uma consulta no Acervo do Diário Oficial do Estado do Pará que se encontra na seção de documentos iconográficos na biblioteca Arthur Vianna na Fundação Cultural do Estado do Pará, localizada em Belém do Pará. Ocorreu a análise do “Diário Oficial Anno XIV – 16º da republica – N. 3665” que estavam disponíveis em tubos de filmes, sendo cada tubo dividido por ano e lido em um reprodutor. O ano da pesquisa deu-se com a criação da Escola de Pharmácia do Pará em 1904. A leitura permitiu conhecer o Decreto nº 1274 de 1 de fevereiro de 1904 e seu regulamento.

O contexto histórico e cultural para a criação da Escola de Pharmácia de Belém

A prática farmacêutica na região Amazônica no período de colonização realizado por curandeiros, pajés, boticários e jesuítas que utilizavam a natureza e casas boticas, espaço de armazenamento de medicamentos, atendiam as enfermidades acometidas pelas populações da região (SILVA, 2003). Nota-se que não havia exigências, como diplomas do curso e conhecimento científico para os atuantes.

A mudança da economia, a modernização e a criação de instituições de ensino superior proporcionaram o progresso na medicina e na ciência. Com isso, a legislação sanitária decretou que apenas os diplomados nas escolas oficiais teriam permissão para desempenhar a função, além de regularizar a profissão e o reconhecimento da sociedade e o Estado, “eles acreditavam que precisavam legitimar socialmente a profissão, conquistar autonomia frente aos médicos e controle sobre os práticos” (ALVES, 2011, p.59).

A proposta da criação da Escola de Pharmácia de Belém surgiu com a disseminação da Associação Médico-Farmacêutica do Pará, idealizada em 1897 pelo Governador José Paes de Carvalho que tinha o intuito de criar uma escola para a formação de farmacêuticos e enfermeiros, combater doenças - febre amarela, modernizar os métodos farmacêuticos e prestar serviços à sociedade e ao Estado (NASCIMENTO, 2017).

Atrelado a isso, a primeira década do século XX marcada pela Belle-Époque idealizava o desenvolvimento da sociedade aos moldes das grandes cidades da Europa, o progresso científico e a modernidade possibilitando um avanço em instituições educacionais (COELHO, 2016). Entretanto, a inquietação dos governantes referente às moléstias que atingiam a região os fez determinar um órgão público responsável para organizar a higienização, fiscalizar e regulamentar o exercício da farmácia, estudar as epidemias e a saúde pública incumbida ao Serviço Sanitário do Grão-Pará (NASCIMENTO, 2017).

O contexto social e as necessidades sanitárias foram de extrema importância para a criação da Escola de Pharmácia de Belém. A ideia de desenvolver e incentivar a área educacional e da saúde proporcionaram a implementação de laboratórios de química, biologia e farmacologia que geraram condições para a efetivação da Escola. Assim, foi regulamentado no Decreto nº 1.274 de 1904 a criação do curso superior do Estado instalada na biblioteca do Serviço Sanitário do Estado, hoje chamado de Museu do Estado do Pará, representada na figura abaixo (PARÁ, 1904).



FIGURA 1: Palácio do governo, local onde funcionava nas dependências do serviço sanitário a Escola de Pharmácia do Pará. **Fonte:** Álbum O Pará (1908).

Contexto social, admissão e o ingresso do aluno na Escola de Pharmácia de Belém

O período da República no Brasil possibilitou intervenções governistas preocupados em regulamentar as ações no campo da saúde juntamente as ideias modernistas da *Belle Époque* com o objetivo de progresso e de sanar as epidemias da cidade de Belém, sobretudo a varíola (SILVA, 2014). Com isso, a população era obrigada a seguir regras, como, realização de desinfecções e o isolamento do parente doente, caso não cumprissem tais regras as famílias recebiam multas (PANTOJA, 2005). No entanto, a relação da população e as práticas de cura feitas por curandeiros ainda era muito evidente, provocando um desconforto/conflito com as ações impostas pelo Estado. É necessário citar a mudança da inspeção da saúde pública substituindo a Junta de Higiene pela Inspetoria do Serviço Sanitário sendo de extrema importância para esta pesquisa (SILVA, 2003).

A política na República Velha voltadas para a saúde também gerou a criação de uma educação secundária e superior. No Pará, apenas em 1899, o então governador Paes de Carvalho sanciona leis para a criação de cursos superiores e reorganiza o serviço de saúde pública para tratar a questão social, científica e moral (NASCIMENTO, 2017). Em vista disto, cria-se a quarta Escola de Pharmácia do país em 1904 em Belém do Pará sugerida pela Associação Médico-Farmacêutica e idealizada pelo governador com a finalidade de combater as doenças da região amazônica e legitimar os profissionais diplomados da farmácia (SILVA, 2003).

A escola, equiparada às demais instituições federais, gozava dos mesmos privilégios, garantias e matérias compreendidas no curso. Entretanto, para ingressar e efetuar a matrícula na escola era exigido o certificado preparatório de *portuguez, francez, geographia, historia do Brazil, arithmetica, algebra, geometria plana, noções physica e chimica geral e história natural*, atestado de vacina, taxa de inscrição (15\$000 ouro) e só poderia frequentar alunos homens (PARÁ, 1904). Somente em 1910 é evidenciada a entrada de uma mulher na escola (NASCIMENTO, 2017). Ingressavam somente aqueles considerados saudáveis pelo Estado. É evidente que as características no ingresso dos alunos evidenciam o valor do contexto social para o funcionamento da Escola de Pharmácia de Belém.

Os exames tinham o objetivo de detectar o desenvolvimento intelectual e a capacidade para compreender as matérias que constituíam o ensino da Escola (PARÁ, 1914). Os exames de admissão eram realizados no período de 15 a 25 de março e eram exigidos aos candidatos declaração de idade, filiação, naturalidade, certidão de pagamento da taxa de exame (60\$000 papel) e a habilitação nas matérias. O exame era dividido em duas etapas, uma prova escrita composta de *physica, chimica e historia natural* com a duração de duas horas que valia 20 pontos e a outra prova oral dividida em duas seções, a de línguas e a de ciências. A banca examinadora era composta pelos próprios lentes da instituição (PARÁ, 1904).

As classificações de aprovados e reprovados eram as seguintes: reprovado, quando o candidato obtivesse nota baixa em duas ou mais matérias, os considerados aprovados: aquele que obtivesse notas *soffríveis*; aprovado plenamente quando obtivesse notas *bôas*; aprovado em distinção quando obtivesse nota *ótimas*. Para as provas escrita e oral de *Chimica Geral* cobravam os seguintes conteúdos, segundo o boletim do Regulamento dos Exames de Admissão e encontrado também no jornal *Diário Oficial* (PARÁ, 1914).

- I. Definição e divisão de chimica e importancia da chimica
- II. Da materia, corpo, mollecula e átomo
- III. Corpos simples e compostos: sua divisão
- IV. Notação chimica
- V. Equação chimica
- VI. Combinação chimica e mistura
- VII. Leis da combinação
- VIII. Nomenclatura dos corpos simples
- IX. Nomenclatura dos corpos binarios em geral
- X. Nomenclatura das ligas e dos amálgamas
- XI. Nomenclatura dos compostos binários e hydrogenados
- XII. Nomenclatura dos oxydos e das bases
- XIII. Nomenclatura dos anhydridos e dos ácidos oxygenados
- XIV. Nomenclatura dos saes. Saesbaloides e saesamphidos, saes neutros, ácidos, basicos e duplos
- XV. Typosmolleculares
- XVI. Estado do peso atomico
- XVII. Estado do peso mollecular
- XVIII. Theoria dos radicaes
- XIX. Reacções chimicas
- XX. Estudo da allotropia
- XXI. Cristallisação e seus processos
- XXII. Isomorphismo e polymorphismo
- XXIII. Metalloides e metaes: sua classificação
- XXIV. Definição e divisão e importancia da chimica organica, corpos organicos e organizados
- XXV. Estudo das formulas organicas
- XXVI. Isomeria
- XXVII. Series organicas
- XXVIII. Funcções organicas

Para o curso regular haviam os alunos matriculados que estavam sujeitos aos exames – assistiam às aulas e o exercício prático, deveriam responder as arguições dos lentes e executar os exercícios práticos. Na ausência da apresentação dos exames preparatórios para efetuação da matrícula, os alunos considerados ouvintes, poderiam assistir somente às aulas teóricas e práticas (PARÁ, 1914). “A escola iniciou suas atividades com 39 alunos, dos quais 13 estavam na condição de matriculados, enquanto que os outros 26 iniciaram o curso como ouvinte” (NASCIMENTO, 2017, p. 57). No documento Álbum O Pará pode-se observar os laboratórios de “Analyses Chímicas do Estado do Pará” representada na figura 2.

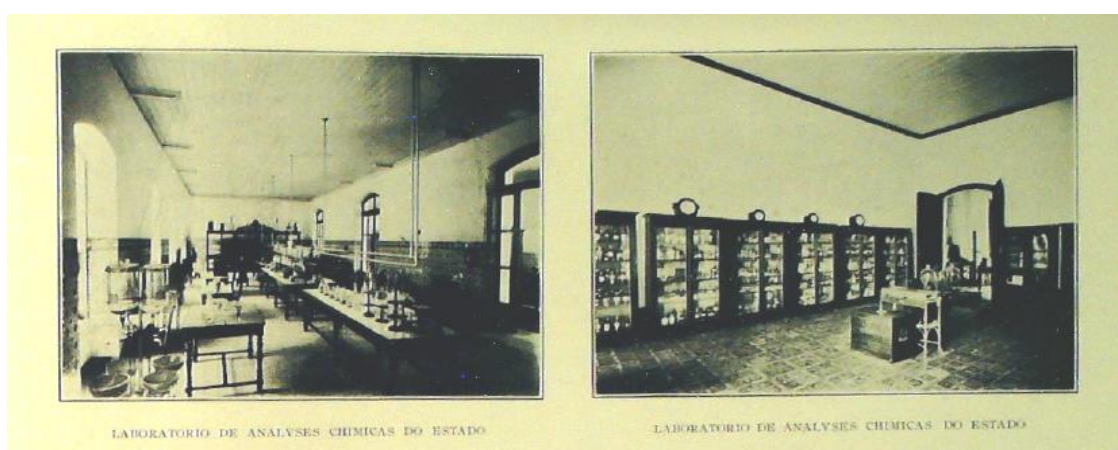


FIGURA 2: Laboratório de Análises Químicas da Escola de Pharmácia de Belém. Fonte: Álbum O Pará (1908).

Portanto, o funcionamento da Escola de Pharmácia de Belém foi uma importante instituição educacional e de pesquisa para a qualidade da saúde e higiene do Estado. As análises químicas realizadas foram imprescindíveis, por exemplo, para validar os alimentos comercializados, devido às questões toxicológicas que poderiam ocorrer durante o período (CORRAL; SOUZA; NEGRÃO, 2009; POUCHERT-CAMPOS, 1993).

Considerações Finais

O desenvolvimento do Ensino Superior foi um processo lento, onde o governo priorizou formar profissionalizantes industriais e técnicos. Nesse sentido, a saúde pública e a educação foram as mais prejudicadas. Na saúde faltavam médicos e farmacêuticos diplomados para a atuação na sociedade. Na educação a dificuldade era maior principalmente devido às limitações de leituras científicas, a um lugar apropriado e equipado para aulas práticas e teóricas, a capacitação de professores e a formação deficitária dos alunos.

A necessidade em criar políticas públicas voltadas para a saúde e educação era primordial, pois o país vivia um caos sanitário, principalmente, devido às doenças virais que

atingiam as regiões do Brasil. Entre as criações estava a Escola de Farmácia de Belém, em que surge em um período delicado das condições sanitárias da região amazônica, sendo a única escola nesse momento na região norte e a quarta do país. A Escola de Farmácia do Pará objetivou combater as doenças e prestar serviços à sociedade e ao Estado do Pará.

Além dessa questão social, a criação de uma Escola no Pará proporcionou um avanço científico, pois através do ensino superior, houve uma diminuição daqueles que exerciam as funções de farmacêuticos sem o devido conhecimento e, a atuação conjunta entre médicos e fármacos passa a ser não somente de curar e combater doenças, mas também de prevenir, como através da aplicação de vacinas.

Dessa forma, desde o funcionamento da Escola de Farmácia de Belém há a presença do ensino de química para dar suporte para as análises químicas. Esta instituição foi de suma importância para remediar as doenças que alastravam a região amazônica, para legitimar os profissionais da farmácia minimizando a prática da chamada medicina tradicional e para reconhecer os primeiros métodos de ensino de química no Ensino Superior.

Referências

ALVES, O. S. F. **Farmacêuticos diplomados e algumas estratégias de Institucionalização da Farmácia em São Paulo (1892-1934)**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22082012-130123/pt-br.php>. Acesso em 01 de julho de 2018.

AVELAR, P. R. **O surgimento da saúde no Brasil**. Juíz de Fora, 2011. 19 slides, color. Disponível em: http://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-6-EcoUFJF.pdf. Acesso em 17 de junho de 2018.

BADINELLI, I. F., **Saúde e Doença no Brasil Colonial: Práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735)**. 2014. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel e Licenciado em História) – Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131711/TCC%20COMPLETO%20ISAAC%20FACCHINI%20BADINELLI.pdf?sequence=1>. Acesso em 02 de junho de 2018.

BERTOLOZZI, Maria Rita; GRECO, R. M. As políticas de saúde no Brasil: Reconstrução histórica e perspectivas atuais. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, v.30, n.3, p.380-98, dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v30n3/v30n3a04>. Acesso em 15 de junho de 2018.

BRASIL. Dilma Cabral. Ministério da Justiça (Arquivo Nacional). **Físico-mor/ Fisicatura-mor do Reino, Estado e Domínios Ultramarinos**. 2011. Coordenação Geral de Gestão de Documentos. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2662>. Acesso em 06 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira, 2011, <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2662>. Acesso em 08 de junho de 2018.

CALAINHO, D.B. Jesuitas e Medicina no Brasil Colonial. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 19, p.61-75, abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a05.pdf>. Acesso em 04 de junho de 2018.

CASTRO, A. R. M.. Diversidade da pesquisa em história das ciências no Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Ciências Humanas**, Belém, v.8, n.1, p. 233-236, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a15.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2018.

COELHO, G. M. Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares. **Escritos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, 2011, p. 141 – 168.

COELHO, G. M., Belém e a Belle Époque da borracha. **Revista Observatório**, Palmas. v. 2, n. 5, p. 32-56, dez 2016.

CORAL, F. S. D.; SOUZA, M. L. A.; NEGRÃO, O. L.. Do boticário ao farmacêutico: o ensino de farmácia na Bahia de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009, 188 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/162>. Acesso em 10 de junho de 2018.

EDLER, F. C.. Remédios de comadres: nos tempos coloniais, a população confiava mais em curas mágicas do que nos médicos diplomados. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, v. 5, p. 21-23, 2010. Disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/his-18830>. Acesso em 04 de junho de 2018.

EDLER, F. C. A. Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 9, p. 357-385, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n2/a07v9n2.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2018.

GALVÃO, M. A. M. Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-Colônia a 1930. Cad Textos do Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Ouro Preto, p. 33, Dez 2007. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf. Acesso em 17 de junho de 2018.

GANDELMAN, L. M.. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.8, p. 613-630, 2011. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/hcsm/v8n3/7647.pdf> (acessado em 06 de junho de 2018).

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado Brasil (1910-1930). **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p.40-61, 1993.

LIMA, J. O. G. Do período colonial aos nossos dias: uma breve história do Ensino de Química no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, Paraná, v. 12, n. 140, p. 71-79, jan. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/19112/10268>. Acesso em 03 de junho de 2018

MIRANDA, A. G. **A epidemiologia das doenças infecciosas no início do século XX e a criação da faculdade de medicina e cirurgia do Pará**. 2013. 110 f. Tese (Doutorado) - Curso de Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4700>. Acesso em 30 de junho de 2018.

NASCIMENTO, S. C. S. **A introdução da Escola Superior no Pará: “Escola de Pharmácia do Pará” e ensino científico (1897-1914)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Belém, 2017. 99f.

NUNES, E. N. Sobre a história da saúde pública: ideias e autores. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.5, n. 2, p.251-264. 2000.

PANTOJA, L. S. **Au Jour le Jour - cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890 a 1910)**. 2005. 362 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://issuu.com/lethypantoja/docs/disserta___o_pantoja_belle_epoque. Acesso em 05 de julho de 2018.

PARÁ. Álbum O Pará, 1908.

PARÁ. Decreto nº 1274, de 1 de fevereiro de 1904. Cria uma Escola de Pharmácia do Pará e dá-lhe o respectivo regulamento.

PARÁ, Regulamento dos Exames de Admissão de 31 de janeiro de 1914. Programa de Admissão da Escola de Pharmácia do Pará.

PARÁ, Secretaria Geral do Estado. Directoria do Serviço Sanitario. Mensagem ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral do Estado. s.d.

POLIGNANO, M. V.. **História das políticas de saúde no Brasil: Uma pequena revisão**. Minas Gerais, (2015): 35 slides, Disponível em: http://www.uff.br/higienesocial/images/stories/arquivos/aulas/Texto_de_apoio_3_-_HS-Historia_Saude_no_Brasil.pdf. Acesso em 17 de junho de 2018.

PORTUGAL, Direito Pharmaceutico Portuguez. Lei de 17 de junho de 1782 pela qual manda crear a Junta do Proto-Medicato, extinguindo os empregos de Physico-Mor e Cirurgião-Mor do Reino. (Portugal, nº 80, p. 326-329, 1782).

POURCHET-CAMPOS, M. A. Encontros de Avaliação do Ensino de Química. **Infarma: Ciências Farmacêuticas**, Brasília, v. 2, n. 2, p.22-23, abr. 1993. Disponível em: <<http://www.revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=1063&path%5B%5D=827>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

RHEINBOLDT, H. A química no Brasil. In: de Azevedo, F (Org). **As ciências no Brasil**. Vol. 2, pp.9-89, UFRJ. 1994.

RODRIGUES, A. C.; SOUSA, N. S. ESCOLA, PASSADO E PRESENTE: MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS EXIGÊNCIAS PARA OS PROFESSORES. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Educere, 2017. p. 15818 - 15834. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23919_12915.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SANTOS, M., LIMA, L., VIEIRA, M.. Por que o farmacêutico se afastou das drogarias? Análise do interesse dos farmacêuticos da cidade de Santos (SP) em trabalhar com dispensação de medicamentos. **Infarma Ciências farmacêuticas** 17 (2005): 78-82, Disponível em: [http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path\[\]=275&path\[\]=264](http://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path[]=275&path[]=264). Acesso em 02 de junho de 2018.

SANTOS, N. P. "Passando da doutrina à prática: Ezequiel Corrêa dos Santos e a farmácia nacional", **Química Nova** 30 (2007): 1038-1045. Disponível em: http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol30No4_1038_48-AG06268.pdf. Acesso em 12 de junho de 2018.

SANGLARD, G., SILVA, R. P. A., "A organização da assistência hospitalar do Distrito Federal entre a filantropia e a ação do Estado (década de 1920)". In: *História da Saúde: Olhares e Veredas*, org. Yara N. Monteiro (São Paulo: Instituto de Saúde, 2010): 65-78. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/outras-publicacoes/miolo-hist_saude.pdf. Acesso 28 de junho de 2018.

SCHWARCZ, L. M.. “As faculdades de medicina ou como sanar um país doente”. In: **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**. org. Lilia Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 189-238.

SILVA, J. J. N. **Em busca da cura: a institucionalização da medicina acadêmica em Belém e sua relação com outras práticas terapêuticas, entre 1889 e 1925**. 2014. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: www.teses.usp.br/tese. Acesso em 04 de julho de 2018.

SILVA, R. F.. **Da Pharmácia a Farmácia: Universidade Federal do Pará - 100 anos de História**. Belém, Editora Universitária UFPA, 2003, 182 p.

SOARES, M. S.. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, v.8, n. 2, p. 407-438, agosto 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a06v08n2.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2018.

TAMANO, L. T. O.; ARAÚJO, D. M., Abandono, esquecimento e ressurgimento da primeira biblioteca de medicina do Brasil. **Ciência e Cultura** v. 66, p. 56-59, 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000200021. Acesso em 15 de junho 2018.

RESUMO

A necessidade em estudar a História da Química no Pará reflete em compreender o contexto social e político que influenciaram na construção desse conhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou investigar o contexto social para a institucionalização do Ensino de Química na criação da Escola de Pharmácia de Belém. A pesquisa foi desenvolvida na Fundação Cultural do Estado e no Arquivo Público do Pará. A Escola foi criada com o intuito de combater as doenças virais, legitimar os profissionais da área de farmácia e desenvolver a questão científica. Assim, a Escola foi fundamental para a qualidade na saúde pública e a primeira instituição superior com a presença do Ensino de Química no Pará.

Palavras chave: Contexto social; Escola de Pharmácia de Belém; Currículo de Química.

RESUMEN

La necesidad de estudiar la historia de la química en Pará se refleja en la comprensión del contexto social y político que influyó en la construcción de este conocimiento. En este sentido, esta investigación tuvo como objetivo investigar el contexto social para la institucionalización de la enseñanza de la química en la creación de la Escuela Farmacéutica de Belém. La investigación se desarrolló en la Fundación Cultural del Estado y el Archivo Público de Pará. La escuela fue creada para combatir enfermedades virales, para legitimar a los profesionales de farmacia y para desarrollar la cuestión científica. Así, la Escuela fue fundamental para la calidad en salud pública y la primera institución superior con presencia de Enseñanza Química en Pará.

Palabras clave: Contexto social; Escuela Farmacéutica de Belém; Currículum Químico.